

O Ensino Aprendizagem face às Alternativas Epistemológicas 5



Solange Aparecida de Souza
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

O Ensino Aprendizagem face às Alternativas Epistemológicas 5



Solange Aparecida de Souza
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E59	<p>O ensino aprendizagem face às alternativas epistemológicas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-165-7 DOI 10.22533/at.ed.657200207</p> <p>1. Aprendizagem. 2. Educação – Pesquisa – Brasil. 3. Ensino – Metodologia. I. Souza, Solange Aparecida de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 371.3</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“O professor de natação não pode ensinar o aluno a nadar na areia fazendo-o imitar seus gestos, mas leva-o a laçar-se n’água em sua companhia para que aprenda a nadar lutando contra as ondas revelando que o diálogo do aluno não se trava com o professor de natação, mas com a água. O diálogo do aluno é com o pensamento, com a cultura corporificada nas obras e nas práticas sociais e transmitidas pela linguagem e pelos gestos do professor.”.

Marilena Chauí

A coleção “O Ensino Aprendizagem face as Alternativas Epistemológicas 3” – contendo 58 artigos divididos em três volumes – traz discussões precisas, relatos e reflexões sobre ações de ensino, pesquisa e extensão de diferentes instituições de ensino dos estados do país.

Essa diversidade comprova a importância da função da Universidade para a sociedade e o quanto a formação e os projetos por ela desenvolvidos refletem em ações e proposituras efetivas para o desenvolvimento social. Assim, o desenvolvimento da capacidade reflexiva e do compromisso social do educador enseja a transformação da realidade que ora se apresenta, não que a formação docente possa sozinha ser promotora de mudanças, mas acreditamos que reverter o quadro de desigualdades sociais que experimentamos no Brasil, passa também pela necessidade de uma educação formal que possa tornar-se em instrumento de emancipação, desmistificando o passado de aceitação passiva que historicamente tornou a sociedade mais servil e promovendo a formação de cidadãos para a autonomia.

O leitor encontrará neste livro uma coletânea de textos que contribuem para a reflexão epistemológica de temas e práticas educacionais do contexto brasileiro.

Solange Aparecida de Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A NECROPSIA NA RESIDÊNCIA MÉDICA EM PATOLOGIA	
Adriana Ubirajara Silva Petry Helena Terezinha Hubert Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6572002071	
CAPÍTULO 2	3
O CAMPO PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA (1930-1960) E O DUALISMO DO ENSINO SECUNDÁRIO	
Felipe Janini Bonfante Márcia Cristina de Oliveira Mello	
DOI 10.22533/at.ed.6572002072	
CAPÍTULO 3	13
O DESAFIO DE UM CURRÍCULO INTERDISCIPLINAR NO ENSINO MÉDIO: LIMITES E POSSIBILIDADES NO ATUAL CENÁRIO SOCIOPOLÍTICO BRASILEIRO	
Dayse do Prado Barros Marcus Vinícius Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6572002073	
CAPÍTULO 4	24
O ENSINO DE NÚMEROS E OPERAÇÕES E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO EF: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO	
Leila Pessôa Da Costa Sandra Regina D' Antonio Verrengia Lucilene Lusia Adorno de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6572002074	
CAPÍTULO 5	35
O PLANETÁRIO DIGITAL DE ANÁPOLIS E SUA EFETIVA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO E A APRENDIZAGEM DE CIÊNCIAS	
Keren Hapuque Bastos da Silva Mirley Luciene dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6572002075	
CAPÍTULO 6	46
O USO DO CALC NAS AULAS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA	
Maurício de Moraes Fontes Dineusa Jesus dos Santos Fontes Valéria Chicre Quemel Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.6572002076	
CAPÍTULO 7	53
PARA ALÉM DOS LABORATÓRIOS – A INSERÇÃO DO ESTUDANTE DE BIOMEDICINA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) COMO ALICERCE PARA UMA FORMAÇÃO HUMANISTA	
Rahuany Velleda de Moraes Claudia Giuliano Bica	
DOI 10.22533/at.ed.6572002077	

CAPÍTULO 8	62
PESQUISA-AÇÃO: UMA PROPOSTA DE OPERACIONALIZAÇÃO PARA PESQUISAS EM MESTRADOS PROFISSIONAIS EM ENSINO	
Flávia Maria da Silva Jair de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6572002078	
CAPÍTULO 9	74
PRÁTICAS DE LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE: UM ESTUDO SOBRE <i>BULLYING</i>	
Gilmar Bueno Santos Sueli dos Santos Melo	
DOI 10.22533/at.ed.6572002079	
CAPÍTULO 10	85
QUÍMICA NO CICLO FUNDAMENTAL II: A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EXPERIMENTAIS	
Gabriela Oliveira de Castro Aline Carvalho Oliveira Pedro Augusto Bertucci Lima Sérgio Pereira José Humberto Dias da Silva Kleper de Oliveira Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.65720020710	
CAPÍTULO 11	98
RELATO DE EXPERIÊNCIA: [RE]DESCOBRINDO A DANÇA CONTEMPORÂNEA EM RIO BRANCO/ACRE ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Paulo Felipe Barbosa da Silva Valeska Ribeiro Alvim	
DOI 10.22533/at.ed.65720020711	
CAPÍTULO 12	111
REPELENTES NATURAIS: UMA PROPOSTA PARA PREVENÇÃO DA DENGUE	
Isabela Cristina Damasceno Ariane de Cerqueira Joaquim Kisêane Santos Gomes Pollyanna Dantas de Lima Marcela Guariento Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.65720020712	
CAPÍTULO 13	119
RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COMO METODOLOGIA DE ENSINO DE MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM PANORAMA DAS PESQUISAS BRASILEIRAS	
Ana Cristina Trento Janecler Aparecida Amorin Colombo	
DOI 10.22533/at.ed.65720020713	
CAPÍTULO 14	132
SABERES NAGÔ-IORUBÁ NA ARTE-EDUCAÇÃO: ARTE COMO RESISTÊNCIA E AUTOLEGITIMAÇÃO AFRO-BRASILEIRA	
Ariel Guedes Farfan Allefh José dos Santos Soares	
DOI 10.22533/at.ed.65720020714	

CAPÍTULO 15	143
SEQUÊNCIA DIDÁTICA DE GÊNEROS TEXTUAIS: O ENFOQUE NA PRÁTICA REFLEXIVA DOCENTE EM SALAS DE ALFABETIZAÇÃO	
Elizabeth Carvalho Pires	
Elisabeth dos Santos Tavares	
Michel da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.65720020715	
CAPÍTULO 16	154
A AÇÃO MEDIADORA DO PROFESSOR FRENTE AO USO DAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA: <i>SOFTWARES</i> EDUCACIONAIS	
Péricles Antonio de Souza Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.65720020716	
CAPÍTULO 17	161
USANDO HORTAS COMO BASE DE UMA MATRIZ PEDAGÓGICA CONTEXTUALIZADA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NO DISTRITO FEDERAL	
José Paulo Alves Júnior	
Roni Ivan Rocha de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65720020717	
CAPÍTULO 18	168
USO DE MATERIAIS DE BAIXO CUSTO NA CONSTRUÇÃO DE MODELOS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE BOTÂNICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Jéssyca Soares Alencar	
Roni Ivan Rocha de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65720020718	
CAPÍTULO 19	181
VIVÊNCIAS DE UMA INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM FENOMENOLOGIA: EXPERIÊNCIAS DE ALUNAS DE UM CURSO DE PSICOLOGIA	
Tamiris de Abreu Fonseca Rodrigues	
Nayra Clycia da Costa Muniz Rodrigues	
Mariana Rocha Leal Garcez	
Stephany Cecilia da Rocha	
Ágnes Cristina da Silva Pala	
DOI 10.22533/at.ed.65720020719	
SOBRE A ORGANIZADORA	190
ÍNDICE REMISSIVO	191

O CAMPO PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA (1930-1960) E O DUALISMO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Data de aceite: 05/06/2020

Data de Submissão: 14/05/2020

Felipe Janini Bonfante

Universidade Estadual Paulista, Campus Ourinhos

<http://lattes.cnpq.br/4086823772770562>

Márcia Cristina de Oliveira Mello

Universidade Estadual Paulista, Campus Ourinhos

<http://lattes.cnpq.br/3547108491542997>

RESUMO: A educação no Estado de São Paulo, ao longo de sua história, passou por diversas reorganizações, cada qual refletia seu contexto histórico, e não escapava do ideário vigente, de 1930 a 1960 destacam-se as reformas Francisco Campos, a constituição de 1937 e a reforma Capanema. Neste íterim cria-se a Universidade de São Paulo e inicia-se, em nível superior, a formação de professores, para a área de humanidades. Outrora a formação de professores para o ensino secundário era quase inexistente, os professores oriundos dos primeiros cursos da USP vieram a suprir esse deficit. O presente artigo tem como objeto, a partir da história do ensino de Geografia, apresentar os resultados parciais da pesquisa “Orientações metodológicas destinadas aos

professores de Geografia para o ensino secundário da escola paulista (1934-1960)”. Visando o contexto socioeconômico da época, as reformas que foram postas em prática, bem como suas intenções, mostramos um panorama do campo de trabalho desses primeiros docentes, principalmente o dualismo que tomou conta do ensino secundário após a famigerada Reforma Capanema.

PALAVRAS-CHAVE: Reformas do Ensino, Educação, Estado de São Paulo.

ABSTRACT: Throughout its history, education in the State of São Paulo has undergone several reorganizations, each which reflected its historical context, and did not escape the prevailing ideology, most notably the Francisco Campos reform of 1930 to 1960, the constitution of 1937, and the Capanema reform. At the same time, the University of São Paulo is founded, and higher-level education for teaching training begins in the area of humanities. Previously, teacher training for secondary education was almost non-existent, the teachers from the first courses at USP would cover this deficit. This purpose of this article is to present the partial results from the study “Methodological guidelines for Geography teachers for secondary education in Paulista schools (1934-1960)”, based on the

history of the teachings of Geography. Considering the socioeconomic context of the time, the reforms that were put into practice, as well as their intentions, we present an overview of these first teachers, primarily the dualism that took over secondary education after the infamous Capanema reform.

KEYWORDS: Education Reforms, Education, State of São Paulo

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as reformas educacionais na América Latina trouxeram desenvolvimento qualitativo especialmente por diminuir a taxa de analfabetismo e possibilitar o acesso das populações a escolarização. Neste processo de expansão segmentada e excludente temos graves consequências tanto para crise social, quanto sobre o trabalho docente.

No sentido de contribuir para a compreensão do problema, no caso brasileiro, a partir da história do ensino de Geografia apresentamos resultados parciais da pesquisa “Orientações metodológicas destinadas aos professores de Geografia para o ensino secundário da escola paulista (1934-1960)”

A investigação de fundo histórico, documental e bibliográfica revela aspectos do campo de trabalho para formandos do primeiro curso de formação de professores secundários de Geografia, oferecido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) e em seu Instituto de Educação, bem como o contexto escolar da época, revelando o que de fato esses futuros professores enfrentariam em sua carreira profissional.

A formação do professor de Geografia no contexto educacional dos anos de 1930 a 1960

A formação de professores para a área de humanidades iniciou-se em nível superior, no Brasil na década de 1930 na universidade de São Paulo. O decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, que criou a USP regulamentou seus oito institutos oficiais, dentre eles a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que abrigou o então curso de Geografia e História. Matricularam-se naquele curso, no ano de 1934, 24 seletos alunos, dos quais oito foram diplomados em 1936.

O primeiro formato de formação correspondeu aos três anos dedicados aos estudos apresentados pelas disciplinas de conteúdos específicos do bacharelado cursadas nos anos de 1934, 1935 e 1936, mais um ano dedicado para a formação do licenciado, que foi oferecido concomitantemente no ano de 1936. Este modelo de formação docente ficou conhecido como “três mais um”, como nos lembra Tanuri (2000) em “História da formação de professores”.

No período de 1936 a 1960 formaram-se 384 professores de Geografia [e História], dentre eles nomes ilustres que se projetaram no cenário nacional como José Orlandi e João Dias de Silveira (da turma de 1936); Ary França (turma de 1938); Aroldo Edgard de Azevedo e Maria Conceição Vicente de Carvalho (da turma de 1939); Amélia Americano Franco de Castro (turma de 1940); e Aziz Nacib Ab-Saber (turma de 1945).

Com relação a modalidade bacharelado do curso de Geografia e História, o número de formandos foi de 476 no mesmo período. Desta forma, 92 alunos não optaram pela licenciatura. A proporção foi de 80,67% para as duas modalidades e 19,33% unicamente para o bacharelado.

Nos relatos dos ex-alunos Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira (1949) o curso tinha a característica de seguir nas linhas mestras a orientação francesa.

Entretanto, aproveitando inúmeras vezes os ensinamentos dos autores ingleses e norte-americanos e introduzindo sua orientação própria, os professores e assistentes do Departamento têm procurado orientar o ensino no sentido de atender plenamente os reclamos da geografia brasileira, naquilo que apresenta de particular e de original. (p. 80).

A organização curricular do curso previa as seguintes atividades, a saber: aulas teóricas; aulas de seminário; realização de excursões; e pesquisas. Esta formação técnica projetada para ser oferecida em três anos era complementada com a formação pedagógica. Naquele momento as Faculdades de Filosofia e Ciências se constituíram enquanto *lócus* de formação de professores secundários.

Neste sentido Cacete (2003) enfatiza que até a década de 1930 a formação do magistério secundário era inexistente, dada as características do sistema público de ensino que mantinha um número bastante restrito de escolas. Na falta de formação docente em nível superior “Os professores da escola secundária eram recrutados entre aqueles que dispunham de uma cultura geral e possuíam conhecimentos específicos relativos à matéria que pretendiam lecionar [...]”. (p. 21).

Quando o sistema de ensino começou a se ampliar mediante necessidade do “[...] estabelecimento de uma economia urbano-industrial [...]” (p.13) surgiram urgências em relação a organização do ensino público para escolarização da população.

Contexto educacional entre os anos de 1930 e 1960

A educação no período Vargas inicia-se dentro de um bojo de várias tentativas de reformas do ensino. Durante o período republicano, no estado de São Paulo, tivemos a reforma Sampaio Dória, que, dentre outros propósitos estava o “[...] combate ao analfabetismo e a preocupação de integrar os imigrantes”. As políticas educacionais ficaram a cargo, essencialmente, nas mãos de jovens políticos, dentre eles cabe destacar Francisco Campos e Gustavo Capanema. (FAUSTO, 1995).

A Reforma Sampaio Dória foi uma das importantes reforma que tentaram democratizar o ensino no estado de São Paulo, José Mario Pires Azanha relata que:

Quando Sampaio Dória assumiu a Diretoria da Instrução Pública do Estado de São Paulo, em 1920, a situação do ensino primário era altamente deficitária. Esse quadro que vinha se agravando ano a ano, nessa altura exigia que se duplicasse a rede de escolas para que fosse possível absorver a população escolarizável. (AZANHA, 2004. p 337).

Esta reforma tinha como premissas a ampliação da rede do ensino primário, iniciando o processo de erradicação ao analfabetismo, reforçou a inspeção escolar, criando as Delegacias Regionais de Ensino de São Paulo e aderiu formalmente as ideias da Escola Nova. (AZANHA, 2004).

Nos anos 1930 as medidas adotadas em relação a educação mudaram de sentido, “partindo principalmente do centro para a periferia”, a educação não escapou da visão centralizadora do governo federal. Segundo Boris Fausto, o marco inicial desta foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, em novembro de 1930. (FAUSTO, 1995).

Cabe ressaltar uma das primeiras reformas do período, a de Francisco Campos, Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, que reorganizou o ensino secundário, este estabeleceu o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, sendo um fundamental de cinco anos e outro complementar de dois anos e a exigência de habilitação no curso secundário para o ingresso no ensino superior. (MARCÍLIO, 2005).

Posteriormente, tivemos a Constituição de 1934 na qual trazia avanços significativos para o sistema educacional, principalmente no sentido de democratização do ensino, esta responsabilizou a União pela competência de fixar uma política nacional de educação, havendo a coordenação e a fiscalização por parte da mesma, e, principalmente proclamou a educação como um direito de todos, ampliando o ensino secundário, tornando-o mais democrático. (MARCÍLIO, 2005).

Entretanto, esta constituição durou pouco tempo, e em 1937, com o regime do Estado Novo, surgiu uma nova constituição, sobre ela Paulo Ghiraldelli Júnior (2015) destaca que:

A Constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público. (p.101).

Ainda neste sentido Marcílio (2005) complementa que:

A nova constituição de 1937 deixava de proclamar o dever do Estado quanto à educação e limitava-lhe a ação, tornando-a supletiva. Vencia a mentalidade conservadora. Assim é que do texto se excluiu a regra básica da “educação como direito de todos” e fez dela um “direito natural dos pais”. (p.146-147).

A intenção da Carta de 1937 era perversa. Aprofundando o dualismo educacional no qual os “[...] ricos proveriam seus estudos através do sistema público ou particular e os pobres, sem usufruir deste sistema, deveriam ter como destino as escolas profissionais”, reforçando a lógica de desigualdade entre os cidadãos e incentivando que as classes menos favorecidas procurassem a escola pública optando pelo ensino profissionalizante.

O dualismo educacional apareceu com a Reforma Capanema, esta reforma “[...] organizou um sistema de ensino bifurcado, assim o ensino secundário público destinado, nas palavras do texto da lei, às elites condutas, e um ensino profissionalizante para outros setores da população”. (GUIRALDELLI JÚNIOR, 2015, p. 107). Esta bifurcação do ensino promoveu ainda mais ao antagonismo de classes.

A Reforma Capanema foi promovida pelo então ministro da Educação Gustavo Capanema, este retomou a fase de reformas parciais, com o nome de Leis Orgânicas, um conjunto de decretos-leis que surgiram entre 1942 e 1946, estes “[...] reformavam alguns ramos do ensino abrangendo o ensino primário e secundário” cabe destacar os decretos que reformaram este último, sendo eles o “Decreto-lei nº 4.073 de 30 de Janeiro de 1942, que estabelecia a Lei Orgânica do Ensino Secundário; o nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Comercial; o nº 8.530, de 2 de Janeiro de 1946 que estabelecia a lei Orgânica do Ensino Normal e por fim ao Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, que estabelecia a Lei Orgânica do Ensino Agrícola”, os dois últimos foram promulgados após a queda de Getúlio Vargas. (MARCÍLIO, 2005, p.147).

Cabe ressaltar que, a Reforma Capanema foi a principal reforma do período, e que ela “prevaleceu, com pequenas modificações, até a promulgação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961”, assim, como reforma determinante, atuou bem mais depois do fim do estado novo até início da década de 1960, período de democratização.

O dualismo fica mais explícito ao se analisar as estatísticas destes 30 anos, em primeiro lugar as unidades Escolares do Nível secundário. A partir dos dados levantados na pesquisa percebemos que o Estado de São Paulo, na década de 1930 inicia com um percentual muito baixo, apenas 9,73% das unidades escolares do Estado eram destinadas ao Nível Secundário, este número sobe para aproximadamente 15% em 1949, sendo 443 e 2015 unidades respectivamente, chegando a 1960 com aproximadamente 1839 unidades escolares.

As políticas educacionais da época focavam na escolarização da população em nível do ensino primário. Dentro do nível secundário o ensino secundário é o único com uma taxa de crescimento constante, tendo um crescimento exponencial em 1942, ano do estabelecimento da Lei Orgânica do Ensino Secundário, sendo estabelecidas mais de cem unidades escolares de 1942 e 1943. O ensino Industrial também teve um grande aumento após 1942, passando de 86 unidades escolares para 419 e, posteriormente, outro rápido aumento entre 1946 a 47, passando de 519 para 652, entretanto, houve uma acentuada queda na década de 1950. Apesar da reforma do ensino Agrícola em 1946, esta modalidade de ensino não é expressiva no conjunto do ensino secundário. (Gráfico 1).

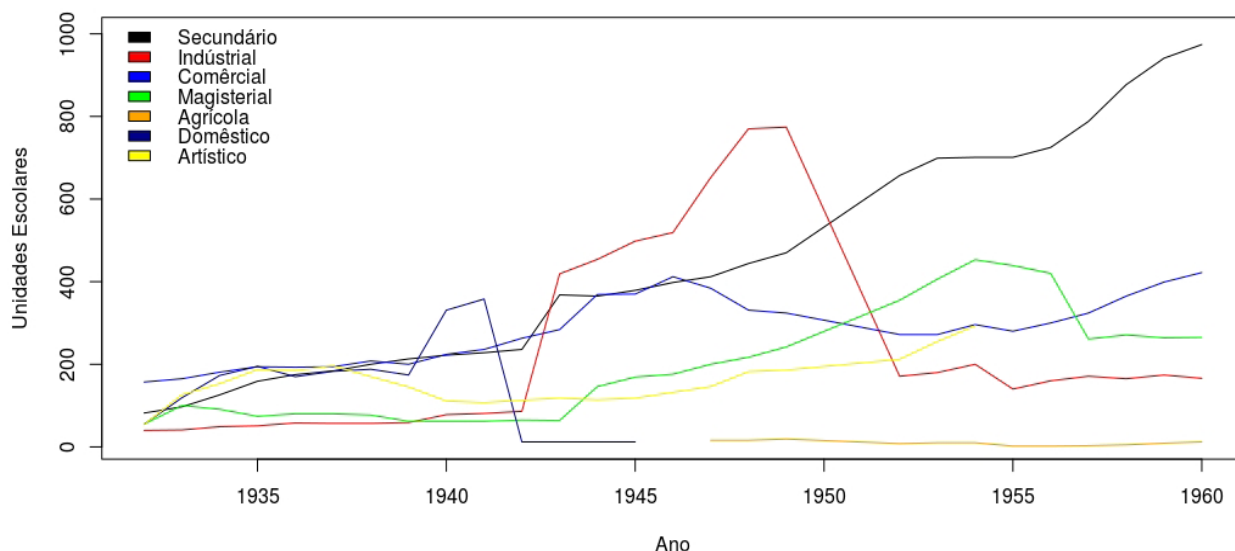


Gráfico 1: Unidades Escolares do Nível Secundário por modalidade de ensino no Estado de São Paulo - 1930 a 1960

Fonte: Anuários estatísticos do Brasil, IBGE, anos 1932 a 1960

Elaboração: Felipe Janini Bonfante

O mesmo processo de expansão das unidades escolares não foi observado em relação ao corpo docente destinado ao nível secundário, o total neste em 1932 era de apenas 3810 docentes, que correspondia a 21,38% do total de docentes no estado de São Paulo. Entre 1943 e 1934 há um aumento substancial, passando de 9824 docentes para 12028, entretanto, em relação ao total de docentes do estado de São Paulo o percentual diminuiu para 16%, ou seja, o aumento de docentes neste período se deu mais em outros níveis de ensino do que propriamente no nível secundário.

Ao analisar separadamente as modalidades de ensino vemos que o Ensino Secundário, aquele que se destinava a “elites condutoras”, na palavra de Capanema, era o que empregava maior número dos docentes, seguido pelo ensino comercial e industrial, respectivamente (Gráfico 2).

Corpo Docente Do Ensino Secundário do Estado de São Paulo

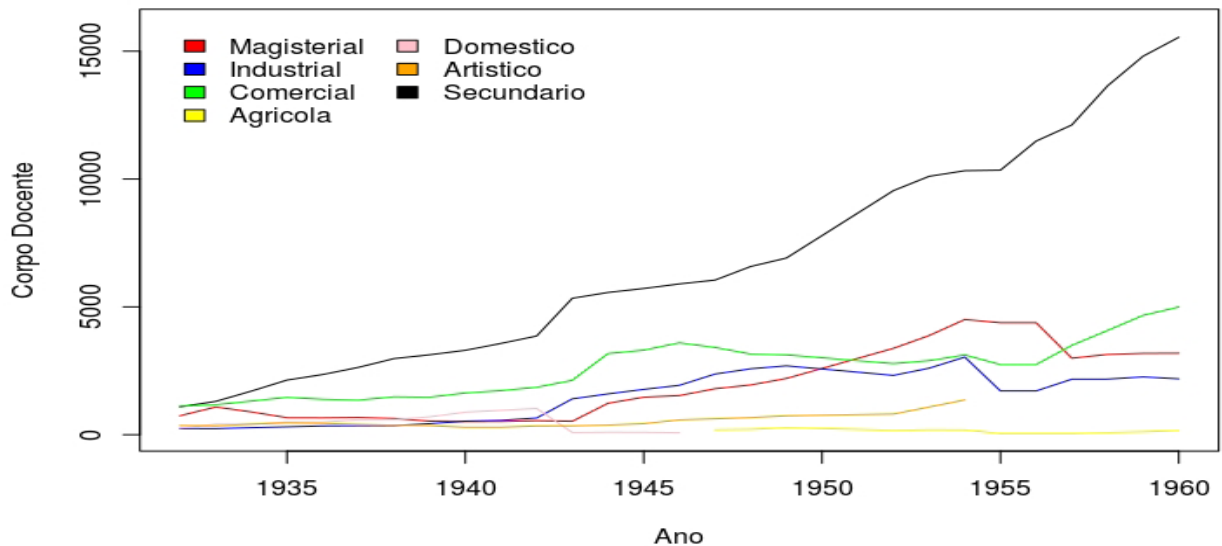


Gráfico 2: Corpo Docente do Nível Secundário por modalidade de ensino no Estado de São Paulo – 1930 a 1960

Fonte: Anuários estatísticos do Brasil, IBGE, anos 1932 a 1960

Elaboração: Felipe Janini Bonfante

Qual professor de Geografia para o campo profissional?

A chamada “reforma Francisco Campos”, de 1931 já tinha dado maior organicidade para o ensino secundário e caráter de universalidade ao ensino superior. Buscava-se a pesquisa científica e a introdução dos estudos pedagógicos como condição para a formação docente, compunha-se assim o ineditismo da reforma, que tentou se concretizar com a criação da Universidade de São Paulo.

Com o Código de Educação de 1933, Decreto n. 5.844, e a reforma realizada por Fernando de Azevedo a Escola Normal da Capital “Caetano de Campos” se tornou o Instituto de Educação Caetano, que por sua vez deveria oferecer a formação pedagógica aos candidatos a professores para a escola secundária, além da formação dos professores primários e cursos de especialização para diretores e inspetores de ensino. Em 1934 o Instituto foi incorporado pela USP até 1938, quando se deu a criação da Secção de Educação da FFCL da USP. (TANURI, 2000).

Cacete (2014) destaca que as Faculdades de Filosofia sofreram críticas quanto ao formato de formação docente que mantinham até os de 1960, especialmente, referentes ao fato de não conciliar a formação do professor e do pesquisador; pela inadequação na preparação do professor que trazia deficiência na prática docente; e pela precariedade na fixação do profissional à docência.

Para Saviani (2009) os Institutos de Educação imprimiram o papel de incorporarem as disciplinas pedagógicas para firmá-las enquanto conhecimentos de caráter científico. O caráter científico inicialmente proposto considerava uma dimensão de pesquisa aos

processos formativos, necessários à aproximação com a realidade das escolas e seus currículos.

Por estes motivos, Cacete (2015) relata que a partir de então se intensificou a discussão acerca da articulação entre a formação do bacharel e o professor de Geografia, já que estava caracterizada especialmente por um

[...] aglomerado de disciplinas isoladas, desvinculadas do campo de atuação profissional dos professores. A acentuação teórica dos cursos de formação de professores, em detrimento daquilo que se entendia por “prática”, sustentava outra crítica recorrente. Acreditava-se que o professor aprendia o seu exercício pedagógico tão somente na prática da sala de aula. Dito de outro modo, a base teórica desses cursos não tomava a prática como referência para formulação teórica. (p. 5).

Na análise de Cacete os cursos de formação docente herdaram um paradigma positivista da racionalidade técnica instrumental, segundo o qual os professorandos deveriam ser instrumentalizados por meio de saberes envolvendo técnicas e procedimentos metodológicos para depois aplicá-los no campo profissional.

Saviani (2009) aponta que a história da formação docente em nosso país aponta para dois modelos possíveis,

a) modelo dos conteúdos culturais-cognitivos: para este modelo a formação do professor se esgota na cultura geral e no domínio específico da área de conhecimento correspondente à disciplina que irá lecionar. b) modelo pedagógico-didático: contrapondo-se ao anterior, este modelo considera que a formação do professor propriamente dita só se completa com o efetivo preparo pedagógico. (p. 148-149).

Nossa análise aponta que a atuação dos professores de Geografia na época teve inúmeras variáveis, cujas versões é preciso ainda investigar para compreendermos o presente processo de precarização do trabalho docente, assim como a característica dualista da escola brasileira.

O ensino secundário brasileiro, segundo a Lei Orgânica do ensino secundário, decreto-lei nº.4244, artigo I, teria por finalidade, entre outras “Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.” Segundo Romanelli (1991, p.156) “o ensino secundário deve ser, por isso, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais da nação [...]”. Desta forma, esta reforma refletia o momento político do Estado Novo e com ela demolia-se alguns princípios da Educação Nova, proclamados pelos pioneiros. (ROMANELLI, 1991)

Segundo Solange Aparecida Zotti:

Então, pela primeira vez, uma reforma atingiu os vários níveis de ensino (secundário, comercial e superior) e foi imposta a todo território nacional. Nesse sentido, foi instituído o sistema universitário no Brasil, através do Estatuto das Universidades e organização da Universidade do Rio de Janeiro; o ensino secundário foi reformado na lógica de uma formação propedêutica para o ensino superior; dos cursos técnico profissionais foi organizado o ensino comercial, que não permitia o acesso dos alunos ao ensino superior, privilégio exclusivo dos que concluíam o ensino secundário propedêutico. Na prática, a

reforma de Campos estabeleceu um projeto de educação diferenciado: uma educação “para pensar” e outra “para produzir”. (ZOTTI, 2006. np)

Jorge Nagle (2009) coloca que a partir da década de 1920 os ideais nacionalistas desenvolveram, se estruturaram e se multiplicaram dando-se mais sistematicamente e com maior poder de influência no campo da educação escolar, esta se deu com uma “ampla divulgação de livros didáticos de conteúdo moral e cívico, ou melhor, de acentuada nota patriótica”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o Ensino de Geografia no contexto do período estudado, principalmente o ensino de nível secundário e a atuação do professor torna-se uma tarefa complexa. As divisões propostas nas reformas ocorridas no período, de caráter antidemocrático e classista nos faz pensar que Geografia era ensinada para a escola voltada para o “pensar” daquela voltada para o “fazer”.

Havia mais professores dentro da modalidade do ensino secundário do que as outras modalidades do nível, havia também mais estabelecimentos de ensino voltadas para esta do que as outras, entretanto a taxa de conclusão desta modalidade é o mais baixo. Cabe destacar que dentre todas as modalidades, o ensino magisterial é aquela que tem a maior taxa de conclusão, esses professores eram destinados ao ensino primário pois constatamos que esse crescimento do ensino secundário, além de não ser homogêneo, na grande parte do estado era irrisório.

Somada a divisão do ensino secundário e o caráter nacionalista que permeou o período, temos um panorama de um ensino da Geografia fragmentado entre as modalidades, privilegiando o ensino propedêutico da modalidade do ensino secundário, tanto na disponibilidade de profissionais quanto na disponibilidade de estabelecimentos de ensino, perpetuando assim o dualismo já existente na escola brasileira, acrescida da moralidade e do ideário nacionalista, que aprofundava este dualismo, já que se formava uma elite pensante, que tinha por intuito reproduzir estes princípios na medida em que eram destinados a “comandar”, e formava uma classe operária destinada ao trabalho e ao voto, e é este cenário que os primeiros formandos da USP encontraram em seu campo de trabalho, o que nos leva a pensar o papel da Geografia neste período e seus profissionais.

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, Azilde Lina. A Administração Escolar na Era Vargas e no Nacional-Desenvolvimentismo (1930-1964). In: Revista **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.102–123, ago. 2006. Disponível em:<https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4916/art8_22e.pdf>. Acesso em: 13 de nov. 2018

AZANHA, José Mário Pires. Democratização do Ensino: Vicissitudes da ideia no Ensino Paulista. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 335-344, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo>.

CACETE, Núria Hanglei. **A formação de professores para escola secundária e sua localização institucional: da faculdade de filosofia ao instituto superior de educação**. 2003. Tese. Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária**. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1-16, out./dez. 2014.

_____. **Formação do professor de Geografia: sobre práticas de ensino e estágio supervisionado**. *Revista Casa da Geografia*. Sobral, v. 17, n. 2, p. 3-11, jul. 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2.ed. São Paulo: EDUSP,1995

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2015

LAMOUNIER, Bolívar. Do Modelo Institucional dos Anos 30 ao Fim da Era Vargas. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org). **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1999

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da Escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial. 2005

NAGLE, Paulo. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EDUSP, 2009

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. *Revista brasileira de educação*, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. 13.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, mai/jun./jul./ago. 2000, p. 61-88.

ZOTTI, Solange Aparecida. **O ensino secundário nas reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema: um olhar sobre a organização do currículo escolar**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. *Anais...*Goiânia, 2006. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Solange%20Aparecida%20Zotti%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em: 15 de fev. 2019

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aedes Aegypti 111, 112, 113, 114, 118
Arte Afro-Brasileira 132, 134, 135, 137, 140, 141
Arte-Educação 132, 133, 136
Astronomia 35, 39, 40, 42, 43, 44, 45
Atividade Prática 85

B

Bullying 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84

C

Calc 46, 47, 49, 50, 51
Candomblé 132, 133, 138, 141
Ciências 1, 4, 5, 26, 27, 34, 35, 37, 40, 41, 43, 44, 45, 53, 55, 62, 72, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 114, 124, 133, 161, 164, 167, 168, 169, 170, 178, 179, 180, 190
Corpo Instrumento 98, 101
Curso 4, 5, 6, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 34, 53, 55, 60, 63, 96, 98, 99, 100, 103, 109, 113, 122, 124, 128, 129, 130, 133, 135, 147, 150, 151, 181, 183, 184, 186, 187, 188

D

Dança Contemporânea 98, 99, 102, 104, 106, 107, 108, 110
Dengue 57, 58, 111, 112, 114, 115, 118

E

Educação 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 34, 36, 37, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 61, 66, 72, 73, 88, 89, 96, 98, 99, 100, 103, 105, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 117, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 144, 145, 148, 149, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 178, 179, 180, 188, 189, 190
Ensino 10, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 71, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 95, 96, 98, 100, 109, 110, 114, 115, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 178, 179, 180, 182,

185, 189, 190

Ensino de Ciências 35, 37, 45, 62, 85, 86, 88, 96, 124, 161, 168, 169, 170, 178, 179, 180

Escrita 39, 60, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 98, 99, 108, 135, 139, 146, 148, 149, 150, 151, 153, 183, 187

Espaços não Formais 35, 36, 37, 44, 45

Estado 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 22, 76, 85, 98, 100, 101, 102, 103, 108, 112, 121, 125, 129, 130, 145, 159, 179

Extensão Universitária 98, 103, 104, 109, 110

F

Formação 3, 4, 5, 9, 10, 12, 15, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 45, 47, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 73, 74, 75, 76, 86, 88, 90, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 118, 122, 124, 125, 129, 130, 133, 141, 142, 143, 145, 146, 149, 150, 152, 153, 159, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 178, 186, 187, 188, 189, 190

Formação Docente 4, 5, 9, 10, 26, 62, 73, 167

G

Gêneros Textuais 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153

I

Informativo 85, 88, 90, 111, 113

Interação 43, 55, 59, 74, 76, 78, 87, 104, 111, 113, 114, 138, 145, 158, 172, 173, 177

Interdisciplinaridade 14, 133, 161, 165, 166, 167

Itinerário 85, 88, 90, 94

L

Leitura 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 121, 122, 127, 133, 136, 140, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 153, 187

Lembrança 35, 37, 42, 43, 44, 45

Letramento 13, 14, 16, 146, 147, 148, 153

M

Mapas 85, 97

Matemática Financeira 46, 47, 48, 49, 51, 52, 123, 129

Mestrado 35, 45, 62, 63, 68, 75, 110, 119, 120, 121, 122, 128, 129, 130, 131, 179

Meta 13, 14, 15, 21

N

Necropsia 1, 2

Números 19, 24, 25, 28, 29, 30, 32, 126, 155, 156

O

Operações 24, 25, 28, 29, 30, 32, 33, 156

Oralidade 74, 75, 77, 78, 80, 83, 84

P

Patologia 1, 2, 21

Pedagogia 24, 25, 26, 28, 29, 30, 34, 41, 52, 60, 67, 72, 110, 122, 129, 147, 153, 172, 190

Perspectivas Críticas 13, 14, 16

Pesquisa-Ação 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 83, 84, 126

Planilhas Eletrônicas 46, 47, 49

PNE 13, 14, 15, 21, 23

Políticas Neoliberais 13, 14, 21

Professores 3, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 15, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 63, 64, 65, 67, 75, 76, 77, 83, 84, 85, 87, 88, 96, 98, 100, 103, 110, 121, 122, 123, 124, 125, 129, 133, 139, 143, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 170, 178, 185, 190

Profissional 3, 4, 9, 10, 15, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 37, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 68, 70, 71, 75, 76, 90, 103, 105, 119, 122, 146, 150, 155, 163, 186, 189

R

Reflexão Crítica 143

Reformas 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12

Repelentes Naturais 111, 113, 115, 118

Residência Médica 1, 2

S

São Paulo 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 23, 34, 44, 45, 50, 51, 52, 60, 72, 73, 84, 85, 86, 96, 97, 110, 111, 112, 113, 124, 128, 129, 130, 142, 143, 145, 153, 160, 167, 179, 190

Sequências Didáticas 143, 144, 145, 149, 151, 152, 153

 **Atena**
Editora

2 0 2 0